

PT

PT

PT



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 22.7.2010
SEC(2010) 964 final

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO

**sobre o funcionamento e o potencial do
diálogo social sectorial europeu**

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1. Introdução.....	5
2. Os comités de diálogo social sectorial europeu	6
2.1 <i>Dinâmica dos comités</i>	6
2.2 <i>Diversidade e relevância dos resultados</i>	10
2.3 <i>Adaptação ao alargamento</i>	12
3. Melhorar as dimensões de consulta e negociação dos comités de diálogo social sectorial europeu.....	13
3.1 <i>Consulta e capacidade administrativa dos parceiros sociais europeus</i>	13
3.2 <i>Negociações e capacidade de negociar acordos</i>	14
4. Reforçar a cobertura e a representatividade dos comités de diálogo social sectorial europeu	16
4.1 <i>Adaptar o âmbito e a dimensão dos comités</i>	16
4.2 <i>Envolver novos agentes com vista à adaptação à mudança</i>	16
4.3 <i>Fomentar o equilíbrio entre homens e mulheres</i>	17
5. Reforçar a eficácia dos comités de diálogo social sectorial europeu	17
5.1 <i>Sinergias e informação entre sectores</i>	17
5.2 <i>Eficácia dos resultados e um melhor acompanhamento da aplicação</i>	19
5.3 <i>Utilizar melhor os financiamentos europeus</i>	20
6. Conclusão.....	20

Annex 1: European sectoral social partners' organisations consulted under Article 154 (TFEU)

Annex 2: Art 154 sectoral consultations since 2006

Annex 3: Categories of texts and outcomes of the European sectoral social dialogue

Annex 4: Joint outcomes of the European social dialogue committees

Annex 5: Participation of Member States representatives in delegations participating to social dialogue committee plenary meetings

Annex 6: Responsibilities in the implementation process of autonomous agreements and process-oriented texts

Annex 7: European Sector Councils on Jobs and Skills

Annex 8: Involvement of social partners and sectoral social dialogue committees in the Commission impact assessment procedure

Annex 9: Overview of NACE classifications for the committees

Annex 10: Number of employees in the EU in 2008, by sector

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento visa dar conta dos principais resultados do diálogo social sectorial na Europa e analisar o funcionamento dos comités que operam nesta área. Destaca a dinâmica, os resultados e o potencial impacto do trabalho dos comités desde 1998 e identifica melhorias possíveis com vista ao alargamento do âmbito e ao reforço da qualidade dos processos de consulta e negociação.

Antecedentes: Nos termos do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), a Comissão deve promover e facilitar o diálogo social europeu, tanto a nível interprofissional como sectorial. Há muito que a dimensão sectorial é tradição nos Estados-Membros da Europa, o que se reflecte na estrutura das organizações de parceiros sociais.

Com base nas disposições constantes do Tratado de Amesterdão, a Comissão instituiu, em 1998, o quadro do diálogo social sectorial europeu. Desde então, a Comissão criou 40 comités de diálogo social europeu, que abrangem actualmente 145 milhões de trabalhadores na Europa em sectores de importância crucial (*por exemplo, transportes, energia, agricultura, construção, comércio, pescas, serviços públicos, metalurgia, construção naval, educação, etc.*).

Os comités de diálogo social sectorial europeu são espaços de consulta sobre as políticas europeias. São também ferramentas de diálogo social autónomo entre os parceiros sociais europeus, que podem desenvolver acções conjuntas e negociar questões de interesse comum, contribuindo, deste modo, de forma directa para dar forma à legislação e às políticas de trabalho na UE.

Os comités operam nas áreas da saúde e segurança no trabalho, formação profissional, competências, igualdade de oportunidades, mobilidade, responsabilidade social das empresas, condições laborais, desenvolvimento sustentável, etc.

Resultados e perspectivas: Os trabalhos dos comités resultaram em vários tipos de textos, uns vinculativos e outros não, incluindo acordos aplicados através de legislação europeia. O número de textos com efeitos juridicamente vinculativos tem vindo a aumentar (desde 2004, foram acordados quatro textos deste tipo, tendo sido adoptadas quatro novas directivas nos domínios do emprego e da saúde e segurança).

Através das suas conquistas, estes comités têm contribuído para melhorar as políticas sociais e laborais europeias, bem como as condições de trabalho na Europa. E podem continuar a fazê-lo. De facto, a sua experiência e competência em matéria de mudança social e económica a nível sectorial podem contribuir para elaborar políticas laborais adequadas. Podem participar na negociação de acordos que ajudem a modernizar as relações laborais. Podem desenvolver o seu contributo no quadro da estratégia «Europa 2020», reforçando assim o sentimento de apropriação e a execução da estratégia.

Para se conseguirem melhorias, os parceiros sociais sectoriais europeus e respectivas organizações nacionais devem continuar a aperfeiçoar as suas capacidades administrativas, representatividade e capacidade de execução. Por seu turno, a Comissão deve continuar a apoiar e a acompanhar de perto todo o processo, de modo a assegurar melhores sinergias entre os comités e contributos mais significativos para as políticas europeias.

1. INTRODUÇÃO

A União Europeia reconhece o diálogo social como um dos pilares do modelo social europeu e uma ferramenta de coesão e resistência social. Tal foi confirmado com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O novo artigo 152.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) destaca o empenho da União na promoção do papel dos parceiros sociais e no apoio ao diálogo social. Reconhece igualmente a autonomia dos parceiros sociais europeus¹. A par com o diálogo social interprofissional, o diálogo social sectorial é uma dimensão cada vez mais importante desta ferramenta de governação europeia.

A vertente de consulta do diálogo social europeu foi reconhecida no Tratado que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e no Tratado de Roma, em 1957. A dimensão de negociação foi iniciada com o chamado processo Val Duchesse², em 1985, e posteriormente aperfeiçoada no acordo dos parceiros sociais europeus sobre política social, celebrado em 1991. Este acordo conduziu à assinatura do protocolo social anexo ao Tratado de Maastricht, em 1993, e permanentemente incorporado³ no Tratado Europeu, em 1997.

Como medida de acompanhamento, a Comissão adoptou a comunicação relativa à adaptação e promoção do diálogo social a nível da Comunidade⁴ e a decisão de 20 de Maio de 1998, que incide especificamente na dimensão sectorial do diálogo social europeu e cria comités de diálogo social sectorial europeu (de seguida designados «comités»). Estes comités são um espaço de construção de relações de confiança, partilha de informações, discussão, consulta, negociação e acções conjuntas.

A pedido conjunto dos parceiros sociais europeus que operam num determinado sector, a Comissão continua a criar comités em sectores que satisfaçam as condições estabelecidas na decisão de 1998: as organizações de parceiros sociais têm de ter membros nacionais filiados em vários países; essas organizações devem, também elas, ser reconhecidas como parceiros sociais a nível nacional; (representatividade a nível nacional); devem ser capazes de negociar e adoptar acordos a nível europeu; (capacidade de negociação); devem dispor de estruturas adequadas que lhes permitam participar de maneira eficaz. A representatividade a nível europeu resulta de numa combinação destes três critérios e é regularmente vigiada pela Comissão⁵.

Até ao momento, a Comissão criou 40 comités. Por via das suas decisões, declarações e acordos, os comités abrangem quase 145 milhões de trabalhadores, isto é, mais de três quartos

¹Artigo 152.º do TFUE: «A União reconhece e promove o papel dos parceiros sociais ao nível da União, tendo em conta a diversidade dos sistemas nacionais. A União facilita o diálogo entre os parceiros sociais, no respeito pela sua autonomia. A Cimeira Social Tripartida para o Crescimento e o Emprego contribui para o diálogo social.»

²«Val Duchesse» é o termo usado para descrever a emergência do diálogo social europeu em meados da década de 80, cuja reunião inaugural teve lugar no castelo de Val Duchesse, em Bruxelas. Este processo resultou de uma iniciativa de Jacques Delors, Presidente da Comissão, em Janeiro de 1985, de convidar os presidentes e os secretários-gerais de todas as organizações afiliadas dos parceiros sociais da UE (UNICE (actualmente BusinessEurope), CEEP e CES).

³Artigos 154.º e 155.º do TFUE (anteriores artigos 138.º e 139.º).

⁴Comunicação da Comissão «Adaptar e promover o diálogo social a nível comunitário», COM(98) 322 final de 20.5.1998, e Decisão da Comissão 98/500/CE anexa à comunicação: JO L 225 de 12.8.1998, p. 27.

⁵Com a assistência do EUROFOUND e de acordo com uma metodologia harmonizada.

http://www.eurofound.europa.eu/eiro/comparative_index.htm

da mão-de-obra europeia. Adoptaram mais de 500 textos⁶ de vários tipos, mais ou menos vinculativos, incluindo acordos a aplicar nos Estados-Membros, seja através de directivas europeias ou dos habituais procedimentos nacionais. Os parceiros sociais europeus dos sectores hospitalar, dos transportes marítimos, da aviação civil e dos transportes ferroviários adoptaram, conjuntamente, seis acordos sobre condições laborais, tempo de trabalho e saúde e segurança profissional, que foram aplicados por via de directivas do Conselho.

Os comités são, primeiro que tudo, espaços de discussão e consenso sobre formas de melhorar as condições de trabalho e as relações laborais nos respectivos sectores. Ao fazê-lo, estão a contribuir para a modernização das políticas económicas e sociais. Os parceiros sociais sectoriais europeus possuem competências específicas aos respectivos sectores e às realidades dos seus locais de trabalho. Estão bem posicionados para ajudar a responder a questões em áreas como a gestão da mudança, reestruturação, antecipação de necessidades de competências e formação, transições para o emprego, saúde e segurança profissional, integração no mercado de trabalho, emprego juvenil, igualdade de oportunidades e desenvolvimento sustentável; todas estas áreas são relevantes para a Estratégia de Lisboa 2000-2010 e continuarão a fazer parte da estratégia «Europa 2020»⁷. Por este motivo, os parceiros sociais sectoriais europeus estão cada vez mais envolvidos no processo de elaboração das políticas europeias.

O presente documento de trabalho foi preparado na sequência de uma consulta dos parceiros sociais europeus em 2009. Esta consulta produziu 54 contributos, que foram discutidos com os parceiros sociais sectoriais ao longo de 2009 e 2010. O presente documento dá conta destas discussões e identifica melhorias possíveis para facilitar e melhorar o funcionamento dos comités de diálogo social sectorial europeu.

2. OS COMITÉ DE DIÁLOGO SOCIAL SECTORIAL EUROPEU

2.1. Dinâmica dos comités

Existem actualmente 40 comités de diálogo social sectorial a nível europeu⁸, estando a ser discutida a possível criação de novos comités nas áreas «portos» e «desporto»⁹.

Uma primeira geração de comités teve origem nos comités consultivos e conjuntos que foram criados enquanto parte do Tratado que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, lançando as bases do mercado comum (*siderurgia, minas, agricultura, pesca marítima*). Estes comités passaram a ser comités de diálogo social sectorial na sequência da decisão de 1998 que assim o estabeleceu.

Uma segunda geração de comités foi criada à medida que o mercado interno assumia forma, com processos de liberalização, privatização e mobilidade transfronteiriça de trabalhadores cada vez mais importantes. Desenvolvidos na década de 90 sob a forma de comités conjuntos

⁶Base de dados do diálogo social: <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=521&langId=en>.

⁷<http://ec.europa.eu/eu2020/>.

⁸Este número inclui também o sector das administrações centrais, que concluiu com sucesso a sua fase de teste em 2010. Ver também: «Dinâmica do diálogo social sectorial europeu», Eurofound, 2009 <http://www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2008/98/en/2/EF0898EN.pdf>.

⁹Os parceiros sociais do sector agro-alimentar estão também a estudar a possibilidade de criar um comité de diálogo social sectorial, na sequência de uma recomendação do grupo de alto nível sobre competitividade nesse sector.

ou grupos de trabalho informais, esta geração de comités foi formalizada em 1999 (*construção, banca, comércio, seguros, serviços postais, telecomunicações, electricidade, espectáculos ao vivo*). Desde 2000, o modelo dos comités de diálogo social sectorial europeu foi alargado a outros sectores: hospitais, restauração, estaleiros navais, audiovisual, indústria química e metalúrgica, indústrias de engenharia e tecnológicas. A sua tónica principal tem sido colocada em aspectos como as qualificações e a mobilidade de trabalhadores, a saúde e a segurança, a escassez de competências ou meios de influenciar as políticas europeias.

Ainda que os sectores sejam muito diferentes uns dos outros (pela sua extensão no território da UE, pela dimensão das organizações que neles participam e pela estrutura das organizações de parceiros sociais¹⁰), os comités, criados em 1998, forneceram um enquadramento comum que permite acolher várias formas de diálogo social com diversos métodos de trabalho e formatos de reunião.

Todos os comités têm certos elementos em comum. As organizações europeias que partilham objectivos, agendas e programas de trabalho comuns e se reconhecem mutuamente podem, se desejarem formar um comité, apresentar um pedido conjunto à Comissão, que avaliará a sua representatividade e lhes fornecerá então apoio logístico e operacional. Aos parceiros sociais que pretendam tentar, a título provisório, o diálogo social sectorial antes de se comprometerem formalmente, a Comissão propôs um fase preliminar de teste. Esta possibilidade proporciona maior flexibilidade e foi usada no caso das *administrações centrais*.

Um processo deste tipo ajuda a integrar os princípios do diálogo social, tanto a nível europeu como nacional. Contribui para construir relações de confiança, desenvolver uma abordagem de parceria e fomentar as estruturas adequadas com organizações de parceiros sociais representativas. Uma fase de teste pode permitir aos parceiros sociais familiarizarem-se com as políticas europeias e compreender as missões e capacidades da Comissão.

¹⁰No que respeita às organizações de parceiros sociais que participam nos comités, as delegações de empregadores são frequentemente representadas por várias organizações respeitantes a um só sector (aviação civil ou banca). Noutros sectores de actividade, é ainda mais complicado, na medida em que os empregadores podem representar segmentos de mercado com interesses conflituosos (em áreas económicas que tenham sido privatizadas). Os empregadores dividem-se por 62 organizações sectoriais diferentes a nível europeu. Esta situação contrasta com o lado dos sindicatos, que é muito mais integrado (17), nomeadamente na Confederação Europeia dos Sindicatos e respectivas grandes federações sectoriais. Além disso, as delegações dos comités podem compreender organizações que sejam reconhecidas como parceiros sociais sectoriais pela Comissão e também outros representantes dos parceiros sociais que acrescentem representatividade complementar.

Quadro 1: Criação dos comités de diálogo social sectorial europeu (CDSS)

	Sectores (40)	Parceiros sociais sectoriais europeus		Estrutura informal	CDSS formais
		Trabalhadores por conta de outrem (17)	Empregadores (62)		
1. ^a geração	Aço	EMF	Eurofer	1951*	2006
	Indústrias extractivas	EMCEF	APEP, EURACOAL, UEPG, IMA, Euromines	1952*	2002
	Agricultura	EFFAT	GEOPA/COPA	1964**	1999
	Transportes rodoviários	ETF	IRU	1965**	2000
	Vias navegáveis interiores	ETF	EBU, ESO	1967**	1999
	Transportes ferroviários	ETF	CER, EIM	1972**	1999
	Pesca marítima	ETF	Europêche, COGECA	1974**	1999
	Transportes marítimos	ETF	ECSA	1987**	1999
2. ^a geração	Açúcar	EFFAT	CEFS	1969	1999
	Calçado	ETUF: TCL	CEC	1982	1999
	Hotelaria e restauração/Turismo	EFFAT	Hotrec	1983	1999
	Comércio	UNI europa	EuroCommerce	1985	1999
	Seguros	UNI europa	CEA, BIPAR, AMICE	1987	1999
	Telecomunicações	UNI europa	ETNO	1990**	1999
	Banca	UNI europa	EBF-BCESA, ESBG,EACB	1990	1999
	Aviação civil	ECA, ETF	ACI-Europe, AEA, CANSO ERA, IACA, IAHA,	1990**	2000
	Indústria da limpeza	UNI europa	EFCI	1992	1999
	Construção	EFBWW	FIEC	1992	1999
	Têxteis/ vestuário	ETUF:TCL	Euratex	1992	1999
Segurança privada	UNI europa	CoESS	1993	1999	

	Serviços postais	UNI europa	PostEurop	1994**	1999
	Transformação da madeira	EFBWW	CEI-Bois	1994	2000
	Electricidade	EPSU, EMCEF	Eurelectric	1996	2000
	Serviços pessoais	UNI europa	Coiffure EU	1998	1999
	Cabedal e curtumes	ETUF:TCL	COTANCE	1999	2001
	Espectáculos ao vivo	EAEA	Pearle		1999
	Trabalho temporário	UNI europa	Eurociett		1999
	Mobiliário	EFBWW	UEA, EFIC		2001
3.ª geração	Construção naval	EMF	CESA		2003
	Audiovisual	EUROMEI, EFJ, FIA, IFM	EBU, ACT, AER, CEPI, FIAPF		2004
	Indústria química	EMCEF	ECEG		2004
	Governos locais e regionais	EPSU	CEMR	1996	2004
	Hospitais	EPSU	HOSPEEM		2006
	Fornecimento de refeições ao domicílio (catering)	EFFAT	FERCO	1998	2007
	Gás	EMCEF, EPSU	EUROGAS		2007
	Futebol profissional	FIFPro	EPFL, ECA		2008
	Metalurgia***	EMF	CEEMET	2006	2010
	Papel	EMCEF	CEPI		2010
	Ensino	ETUCE	EFEE		2010
Administrações centrais	<i>TUNED (EPSU+CESI)</i>	<i>EUPAN (rede europeia de administrações públicas)</i>	<i>Fase de teste (2008-2010)</i>		

* Comitês consultivos ao abrigo do Tratado CECA **Comitês conjuntos ao abrigo do Tratado de Roma

*** Indústrias da Metalurgia, Engenharia e Novas Tecnologias

2.2. *Diversidade e relevância dos resultados*

Na sua comunicação de 1998, a Comissão afirmava que os comités de diálogo social sectorial europeu eram uma ferramenta de consulta, negociação e acções conjuntas. Em 2004, a Comissão propôs uma tipologia¹¹ para classificar os resultados do diálogo social. Nessa tipologia, sublinhava-se o facto de o valor acrescentado de um texto depender não apenas do seu carácter vinculativo, mas do seu acompanhamento operacional e da sua aplicação eficaz.

Os resultados podem ser:

(1) acordos (*independentemente de serem ou não aplicados através de directivas europeias*) vinculativos e que têm de ser acompanhados e monitorizados, uma vez que têm por base o artigo 155.º do Tratado de Lisboa;

(2) textos de orientação (*quadros de acção, orientações, códigos de conduta, orientações políticas*) que, ainda que não vinculativos, têm de ser acompanhados e os progressos na sua aplicação regularmente avaliados;

(3) pareceres conjuntos e instrumentos destinados a influenciar as políticas europeias e a contribuir para a partilha de conhecimentos.

A maioria dos textos adoptados pelos comités de diálogo social sectorial europeu são ferramentas técnicas que contribuem para dar uma dimensão europeia a questões específicas (*por exemplo, sítio Web comum sobre destacamento de trabalhadores no sector da construção; CV profissionais comuns na agricultura; um guia e relatórios regulares sobre reestruturação responsável na indústria do açúcar, etc.*) O diálogo social sectorial europeu adoptou igualmente acordos vinculativos cuja aplicação se faz por via de directivas europeias ou procedimentos internos, tanto a nível sectorial como plurisectorial.

O funcionamento global dos comités não pode ser ajuizado apenas com base no número de textos que produzem. Nem sempre são documentadas medidas concretas tomadas a nível nacional ou das empresas e muitos dos resultados têm um carácter mais qualitativo, visando sensibilizar, apoiar o diálogo social a nível nacional/regional ou das empresas ou influenciar a elaboração de políticas. A redacção de textos conjuntos, a apresentação de boas práticas ou o envolvimento em projectos comuns (seminários, conferências, estudos, sessões de trabalho) proporcionam aos parceiros sociais oportunidades de aprender reciprocamente e construir relações de confiança.

Os pareceres conjuntos e os contributos comuns para o processo de consulta provaram já ser instrumentos poderosos para influenciar as políticas europeias ou defender os interesses do sector, por exemplo, nos debates sobre as directivas relativas ao destacamento de trabalhadores¹² e aos serviços no mercado interno¹³ no sector da construção.

¹¹Comunicação da Comissão - Parceria para a mudança numa Europa alargada - Reforçar o contributo do diálogo social europeu, COM(2004) 557 final de 12 de Agosto de 2004.

¹²Directiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 1996, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços.

¹³Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Quadro 2: Exemplos de ferramentas e resultados significativos dos comités de diálogo social sectorial europeus (2006-2010)

Agricultura	Acordo-quadro sobre a redução do tempo de exposição dos trabalhadores ao risco de afecções músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho (2006)
Aviação civil	Orientações sobre mecanismos de consulta em matéria de blocos funcionais de espaço aéreo (2007)
Comércio	Kit de sobrevivência em matéria de prevenção da violência no comércio perpetrada por terceiros (2009)
Construção	Recomendações sobre trabalho por conta própria e falso trabalho por conta própria (2010) Base de dados comum em matéria de destacamento (2008)
Restauração	Declaração comum sobre obesidade (2007)
Electricidade	Guia prático em matéria de reestruturação socialmente responsável com guia de boas práticas (2008)
Gás	Guia prático em matéria de alterações demográficas, gestão da idade e competências (2009)
Hospitais	Código de conduta e acompanhamento sobre ética no recrutamento e retenção transfronteiriços (2008)
Indústria da limpeza	Manual de ergonomia em operações de limpeza (2007)
Seguros	Declaração conjunta sobre desafios demográficos (2010)
Administrações locais e regionais	Orientações para elaborar planos de acção no domínio da igualdade entre homens e mulheres (2007)
Serviços pessoais	Acordo sobre a aplicação de certificados europeus de cabeleireiro (2009)
Segurança privada	Kit europeu de ferramentas educativas para três actividades/perfis de segurança privada: 1. Patrulhas móveis, 2. Centrais de alarme, 3. Segurança nos aeroportos (2006)
Transporte ferroviário	O conceito de empregabilidade no sector dos transportes ferroviários – recomendações (2007) Recomendações conjuntas para uma melhor representação e integração das mulheres no sector dos transportes ferroviários (2007)
Pesca marítima	Manual de prevenção de acidentes no mar e segurança dos pescadores (2007)
Açúcar	Quinto relatório de aplicação (2007) do código de conduta em matéria de responsabilidade social das empresas
Cabedal e curtumes	Norma de informação social e ambiental (2008)

Telecomunicações	Diversidade no trabalho: análise de boas práticas (2007)
Têxteis e vestuário	Recomendações : como garantir uma melhor antecipação e gestão da mudança industrial e reestruturação social (2008)

Quadro 3: Acordos sectoriais e plurisectoriais europeus (aplicados através de directivas da UE ou procedimentos internos)

Sectores	Acordos
Hospitais	Directiva 2010/32/UE do Conselho, de 10 de Maio de 2010 , que executa o Acordo-Quadro relativo à prevenção de ferimentos provocados por objectos cortantes nos sectores hospitalar e da saúde celebrado pela HOSPEEM e pela EPSU
Transporte marítimo	Directiva 2009/13/CE do Conselho, de 16 de Fevereiro de 2009, que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) relativo à Convenção sobre Trabalho Marítimo , 2006, e que altera a Directiva 1999/63/CE
	Directiva de 1999/63/CE do Conselho, de 21 de Junho de 1999, respeitante ao Acordo relativo à organização do tempo de trabalho dos marítimos celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação dos Sindicatos dos Transportes da União Europeia
Transporte ferroviário	Directiva 2005/47/CE do Conselho, de 18 de Julho de 2005, relativa ao acordo celebrado entre a Comunidade dos Caminhos-de-Ferro Europeus (CER) e a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) sobre certos aspectos das condições de trabalho dos trabalhadores móveis que prestam serviços de interoperabilidade transfronteiriça no sector ferroviário
Aviação civil	Directiva 2000/79/CE do Conselho, de 27 de Novembro de 2000, respeitante à aplicação do acordo europeu sobre a organização do tempo de trabalho do pessoal móvel da aviação civil , celebrado pela Associação das Companhias Aéreas Europeias (AEA), a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF), a Associação Europeia do Pessoal Navegante (ECA), a Associação das Companhias Aéreas das Regiões da Europa (ERA) e a Associação Internacional de Chárteres Aéreos (AICA)
14 sectores industriais	Acordo relativo à protecção da saúde dos trabalhadores através da utilização e manuseamento correctos de sílica cristalina e produtos contendo sílica cristalina (assinado em 25 de Abril de 2006)

2.3. Adaptação ao alargamento

No contexto dos recentes alargamentos (2004 e 2007), todas as organizações de parceiros sociais sectoriais europeus alargaram a cooperação aos parceiros sociais relevantes nos novos Estados-Membros.

A Comissão está perfeitamente consciente de que promover o diálogo social sectorial europeu entre 27 Estados-Membros constitui um desafio, uma vez que os parceiros sociais sectoriais representam organizações nacionais que operam em diferentes países, falam línguas diferentes e estão sujeitas a realidades socioeconómicas distintas em diversos sistemas de relações

laborais¹⁴. Acresce que a dimensão sectorial da negociação colectiva estava muito pouco desenvolvida na maioria dos novos Estados-Membros. Por este motivo, a Comissão apoiou as iniciativas dos parceiros sociais nacionais e europeus de melhorar a capacidade administrativa dos parceiros sociais, em especial nas regiões de convergência, e promover a extensão do diálogo social europeu nos novos Estados-Membros¹⁵.

O envolvimento activo de todos os parceiros sociais nacionais é essencial para dar legitimidade ao processo de diálogo social europeu e garantir a eficácia dos seus resultados e acompanhamento a nível nacional em todos os Estados-Membros. Se é verdade que os parceiros sociais europeus conseguiram aumentar a representatividade dos filiados dos Estados-Membros nas suas delegações, mas muito há ainda a fazer, por exemplo em sectores que são ainda largamente dominados por operadores económicos tradicionais e, muitas vezes, de direito público.

3. MELHORAR AS DIMENSÕES DE CONSULTA E NEGOCIAÇÃO DOS COMITÉS DE DIÁLOGO SOCIAL SECTORIAL EUROPEUS

3.1. *Consulta e capacidade administrativa dos parceiros sociais europeus*

Os parceiros sociais sectoriais europeus estão cada vez mais envolvidos no processo de elaboração das políticas europeias.

Nos termos do artigo 154.º do Tratado de Lisboa, os parceiros sociais europeus são consultados pela Comissão sobre o princípio e conteúdo de qualquer iniciativa europeia em matéria de política social. Em anos recentes, aumentaram o ritmo e o número destas consultas formais (ver anexo 2). Acresce que os parceiros sociais europeus são consultados pelos serviços da Comissão que tratam de políticas sectoriais (*tais como as políticas de comércio, mercado interno, educação, industriais e transportes*).

A Comissão desenvolveu uma metodologia e um procedimento de **avaliação de impacto** de todas as suas iniciativas. As orientações para a avaliação incluem uma referência específica à consulta dos comités de diálogo social sectorial europeu, o que lhes dá uma nova oportunidade de contribuir para dar forma às políticas europeias¹⁶. Para que os parceiros desempenhem este papel eficazmente, têm de ser capazes de reagir em tempo útil a estas consultas.

¹⁴Na sequência dos alargamentos, os parceiros sociais europeus incluíram, por vezes, novas organizações que nem sempre têm capacidade de negociação colectiva.

¹⁵O Fundo Social Europeu (FSE) pode apoiar significativamente iniciativas que visem reforçar a capacidade administrativa das organizações de parceiros sociais nos novos Estados-Membros. Por outro lado, as rubricas orçamentais da Comissão relativas ao diálogo social e às relações laborais financiaram projectos específicos aos níveis sectoriais.

Mais de uma dúzia de comités organizaram mesas redondas e visitas aos países (ver relatório da Comissão sobre as relações laborais na Europa, capítulo 8). Com o apoio da Comissão Europeia, os parceiros sociais nos sectores dos *têxteis e vestuário* e do *cabedal* realizaram dois projectos, entre 2006 e 2008, com vista a incentivar a plena participação dos parceiros sociais sectoriais dos novos Estados—Membros e dos países candidatos no diálogo social sectorial europeu e reforçar a sua capacidade administrativa. Estas acções culminaram com a assinatura de planos nacionais de acção e respectiva aplicação.

¹⁶http://ec.europa.eu/governance/impact/commission_guidelines/commission_guidelines_en.htm

Por forma a permitir uma consulta transparente e eficaz, a Comissão publicará uma lista de todas as avaliações de impacto programadas, juntamente com o programa de trabalho da Comissão.

Os parceiros sociais sectoriais europeus podem também contribuir activamente para promover a ligação em rede de observatórios sectoriais nacionais e de outros organismos e representantes de estabelecimentos de ensino e formação, com o objectivo de partilhar informações e melhores práticas a nível europeu sobre tendências em matéria de emprego e necessidades de competências (ver anexo 7). Estes projectos-piloto serão brevemente lançados em alguns sectores, com a activa participação dos parceiros sociais europeus. No seguimento das comunicações da Comissão intituladas «Novas Competências para Novos Empregos»¹⁷ e «Um Compromisso Comum a favor do Emprego»¹⁸, de Dezembro de 2008 e Junho de 2009, respectivamente, a Comissão explorou a possibilidade de constituir **Conselhos europeus para o emprego e as competências**. Esta iniciativa foi também recomendada como uma prioridade pelo grupo de peritos em matéria de novas competências para novos empregos¹⁹ e é apoiada pela Comissão Consultiva sobre mudança industrial no quadro do Comité Económico e Social Europeu²⁰.

Para responder positivamente aos apelos cada vez mais frequentes de participação e consulta, os parceiros sociais europeus têm de estar aptos a garantir a coordenação das consultas entre os seus membros, bem como a produzir resultados e contributos. No entanto, esta aptidão depende da capacidade dos seus membros nacionais, cujos pontos fortes e recursos podem ser limitados ou cujas estruturas podem estar ainda em desenvolvimento, em especial nos novos Estados-Membros e em sectores em mudança estrutural, designadamente a adesão de novos agentes. É crucial que os parceiros sociais sectoriais europeus e as autoridades desenvolvam e avaliem as suas próprias capacidades, em parte fazendo uso das provisões das rubricas orçamentais dedicadas ao diálogo social e do Fundo Social Europeu²¹. Em virtude do papel que os parceiros sociais sectoriais europeus podem desempenhar no processo de elaboração das políticas, esta questão da capacidade assume relevância fundamental.

3.2. *Negociações e capacidade de negociar acordos*

A par com a legislação europeia no domínio social, o diálogo social europeu é um instrumento essencial para melhorar as normas laborais na União Europeia e contribuir para modernizar os mercados de trabalho.

Desde o Tratado de Amesterdão²², o diálogo social europeu foi dotado da capacidade de ser uma fonte autónoma de legislação no domínio da política social europeia. Os parceiros sociais europeus podem adoptar acordos a aplicar por via de directiva do Conselho, o que os torna juridicamente vinculativos para todos os empregadores e trabalhadores na Europa uma vez transpostos para a legislação nacional ou convenções colectivas (efeito *erga omnes*); podem ainda adoptar acordos autónomos cuja aplicação se faz através dos habituais procedimentos

¹⁷Novas Competências para Novos Empregos:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=697&furtherNews=yes>.

¹⁸COM(2009) 257 final. «Um Compromisso Comum a favor do Emprego»

¹⁹«*New Skills for New Jobs: Action Now*»

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=697&furtherNews=yes>

²⁰Parecer exploratório CCMI/68, adoptado em 17.2.2010 intitulado

«Adequação das competências à evolução das necessidades da indústria e dos serviços – Contributo para a eventual constituição ao nível europeu de conselhos sectoriais para o emprego e as competências.

²¹Artigo 5.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1081/2006, de 31 de Julho de 2007: «No âmbito do Objectivo da Convergência, é afectado um montante adequado dos recursos do FSE a medidas de reforço das capacidades, que incluem formação, medidas de integração em rede e o reforço do diálogo social, e a actividades empreendidas conjuntamente pelos parceiros sociais, em especial no que diz respeito à capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º.»

²²Artigo 155.º do Tratado TFUE (ex-artigo 139.º).

nacionais. Neste último caso, os acordos são vinculativos apenas para as partes signatárias e respectivos membros (efeito *relative*)²³

Na sua comunicação de 1998 sobre o diálogo social europeu, a Comissão incentivava o desenvolvimento de acções conjuntas e negociações aos níveis interprofissional e sectorial. Destacava particularmente o potencial do diálogo social sectorial europeu. Em resultado, a capacidade de negociar acordos a nível europeu foi incluída nas condições de participação num comité. Esta dimensão de negociação deu provas de grande utilidade, permitindo aos parceiros sociais europeus adaptar as regras gerais de tempo de trabalho a nível da UE às circunstâncias específicas dos respectivos sectores, como os transportes ferroviários, a aviação civil e os transportes marítimos. Foram também iniciadas negociações no âmbito do diálogo social sectorial no sentido de preparar consultas sobre possíveis iniciativas legislativas (*acordos sobre protecção dos trabalhadores contra ferimentos causados por instrumentos médicos cortantes nos hospitais e contra poeiras de sílica cristalina na indústria ou sobre a aplicação da Convenção da OIT sobre os marítimos*).

Desenvolvimentos mais recentes sugerem que o número de acordos sectoriais pode vir a ser ainda maior e que este tipo de negociações está cada vez mais dependente de consultas formais iniciadas pela Comissão. Negociações vão ser encetadas ou estão já em curso em vários sectores, incluindo os serviços pessoais, o futebol profissional, as vias navegáveis interiores e a pesca marítima.

Não obstante, o potencial que este quadro representa em termos de negociação social pode não estar a ser plenamente aproveitado pelos parceiros sociais sectoriais. Por exemplo, os grandes sectores onde predominam importantes empresas transnacionais (*siderurgia, telecomunicações, indústria química, aviação civil*) tendem a dar menos atenção ao nível sectorial europeu, porque os parceiros sociais preferem negociar directamente a nível das empresas, nomeadamente no âmbito dos conselhos de empresa europeus). O sector público esteve também ausente de negociações sectoriais até à conclusão do acordo-referência em matéria de ferimentos causados por instrumentos médicos cortantes nos hospitais, em 2009.

Na medida em que sejam justificadas com base na subsidiariedade, são necessárias soluções regulatórias flexíveis a nível da UE para lidar com a crescente complexidade do mundo laboral de hoje²⁴. Áreas como a saúde e a segurança, as condições laborais e o tempo de trabalho revestem claramente, em certos casos, uma dimensão sectorial específica. A capacidade de os parceiros sociais sectoriais negociarem compromissos equilibrados, aliada à sua competência no terreno, pode ajudá-los a desempenhar um papel muito eficaz na resolução de aspectos específicos a nível sectorial que sejam comuns a todos ou pelo menos à maioria dos Estados-Membros. A Comissão está inteiramente disponível para continuar a prestar apoio técnico e financeiro a este tipo de negociações, sempre que tais forem necessárias. Dado que a coerência com a legislação europeia e a qualidade da redacção jurídica são particularmente importantes no caso de acordos a aplicar por via de directivas europeias, a Comissão está disposta a dar, se for caso disso, assistência jurídica durante as negociações.

²³Esta opção não exclui que o acordo seja aplicado ou transposto, parcial ou totalmente, através de legislação a nível nacional. Ver documento de trabalho dos serviços da Comissão de 2 de Julho de 2008: Relatório sobre a aplicação do acordo-quadro dos parceiros sociais europeus em matéria de teletrabalho, SEC(2008) 217.

²⁴Tal como demonstrado por áreas como a saúde e a segurança no trabalho e o tempo de trabalho, a dimensão sectorial constitui uma parte significativa desta complexidade.

4. REFORÇAR A COBERTURA E A REPRESENTATIVIDADE DOS COMITÉS DE DIÁLOGO SOCIAL SECTORIAL EUROPEU

4.1. *Adaptar o âmbito e a dimensão dos comités*

Desde 1998, a Comissão foi instada a criar comités em importantes sectores económicos (*construção, agricultura, serviços postais, hospitais, educação, comércio, indústrias da metalurgia, engenharia e novas tecnologias*), bem como em sectores de mais pequena dimensão, como a construção naval, ou ainda micro sectores como o futebol profissional. Este facto suscita a questão da demarcação dos comités. A definição da dimensão de um determinado sector²⁵ é dificultada pelo facto de a cobertura sectorial do diálogo social e da negociação colectiva ser muito diferente entre os Estados-Membros. Acresce que a estrutura dos comités varia em função do sector.

A Comissão analisa se os limites de um determinado sector são pertinentes relativamente à actividade económica em questão e tem em conta a configuração institucional dos seus parceiros sociais, não esquecendo que é necessária uma massa crítica para se conseguir obter resultados concretos. Na prática, a cobertura de um comité de diálogo social sectorial está estreitamente associada à representatividade dos seus membros²⁶. Por este motivo, um comité deve ser tão inclusivo quanto possível²⁷ e tão concentrado quanto necessário para ser pertinente para os respectivos intervenientes. Deve incluir todos os parceiros relevantes e assegurar uma representatividade adequada.

Esta perspectiva que tem por base a dimensão dos sectores não obsta a que a Comissão promova, numa base *ad hoc* e sempre que necessário, a criação de grupos de trabalho para abordar questões subsectoriais (*por exemplo, o tráfego aéreo na área da aviação civil*) ou plurisectoriais (*por exemplo, política comercial, sustentabilidade, avaliações de impacto e mecanismos de acompanhamento*) ou para encetar processos de negociação (*por exemplo, no domínio da sílica cristalina*²⁸).

4.2. *Envolver novos agentes com vista à adaptação à mudança*

Os limites dos sectores têm também de ser considerados à luz das mudanças estruturais que afectam as actividades económicas e as estruturas laborais em resultado da globalização, dos desenvolvimentos no mercado e da evolução tecnológica.

Em qualquer sector, podem aparecer ou desaparecer agentes económicos e sociais. Novos operadores, como as *empresas low-cost* no sector da aviação civil, os *operadores privados* na indústria dos serviços e telecomunicações e os *subcontratantes rurais* na agricultura, fizeram a sua aparição nos últimos anos. No sector público, algumas organizações passaram por processos de privatização e reestruturação. Acresce que a estrutura das organizações de

²⁵Com base na actual classificação NACE, de acordo com a abordagem metodológica adoptada pela EUROFOUND, que realiza actualmente estudos sobre representatividade:

http://www.eurofound.europa.eu/eiro/comparative_index.htm.

²⁶As organizações de empregadores são, de um modo geral, estruturadas com um âmbito limitado enquanto que os sindicatos tendem a estar organizados numa base mais alargada.

²⁷A Comissão incentivar, por exemplo, a criação de um comité abrangente na área do desporto, em vez de comités separados por disciplina desportiva.

²⁸Rede europeia no domínio da sílica (NEPSI) formada pelas associações europeias de trabalhadores e empregadores que assinaram o *Acordo relativo à protecção da saúde dos trabalhadores através da utilização e manuseamento correctos de sílica cristalina e produtos contendo sílica cristalina*, em 25 de Abril de 2006.

parceiros sociais pode evoluir a nível europeu e nacional, conduzindo à emergência de agentes novos ou mais predominantes. Por exemplo, as pequenas e médias empresas estão a interessar-se mais pelo diálogo social sectorial europeu.

Os novos agentes económicos num mercado podem não estar necessariamente interessados ou devidamente organizados para participar numa organização de parceiros sociais. Não obstante, se esses novos agentes pretenderem aderir ao diálogo social europeu e cumprirem os critérios relevantes, os comités devem promover e incentivar a sua participação nas respectivas delegações, garantindo assim que a composição dos comités reflecte a evolução das realidades económicas e laborais. Estes novos agentes podem complementar a representatividade num determinado sector se as novas organizações participarem em comités com base no acordo e no reconhecimento mútuo. Medidas simples, como convites a novos agentes para se juntarem e/ou participarem em reuniões enquanto membros de pleno direito ou observadores²⁹, podem contribuir para facilitar a integração de todos os parceiros relevantes. A Comissão estará atenta a estes desenvolvimentos nas suas acções de monitorização da representatividade dos comités, no pleno respeito pela autonomia dos parceiros sociais.

4.3. *Fomentar o equilíbrio entre homens e mulheres*

Alguns comités adoptaram textos e projectos na área da igualdade entre homens e mulheres no mercado laboral, designadamente planos de acção ou guias de boas práticas neste domínio a aplicar no local de trabalho. No entanto, quando se trata de participar nas delegações dos comités, as mulheres tendem a estar sub-representadas, em virtude do peso que têm nos sectores em causa.

A situação varia em função do sector e deve-se essencialmente ao processo de nomeação no seio das organizações nacionais. Não obstante, em sintonia com a política europeia em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e não-discriminação³⁰, a Comissão convidou os parceiros sociais europeus a trabalhar com os seus membros nacionais no sentido de conseguir um melhor equilíbrio entre os géneros, tanto no que respeita às taxas de participação como à representação nos conselhos directivos dos comités³¹. No mesmo espírito, a Comissão convidou os parceiros sociais europeus a desenvolver as acções existentes e a considerar novas iniciativas de sensibilização e a manter a igualdade entre homens e mulheres nas respectivas agendas.

5. REFORÇAR A EFICÁCIA DOS COMITÉS DE DIÁLOGO SOCIAL SECTORIAL EUROPEU

5.1. *Sinergias e informação entre sectores*

A Comissão apoia e fomenta iniciativas conjuntas entre comités e entre os níveis interprofissional e sectorial do diálogo social europeu. Nos últimos anos, estas sinergias deram frutos, não apenas no que respeita aos tópicos em discussão, mas também aos resultados, designadamente sob a forma de acordos autónomos. Este tipo de coordenação

²⁹Tal foi conseguido durante a redacção do acordo relativo à protecção dos trabalhadores contra as poeiras de sílica cristalina, em 2006. Em alguns comités ou grupos de trabalho, podem também participar, com o estatuto de observadores, representantes de grupos de interesse específicos, PME ou trabalhadores por conta própria.

³⁰Artigo 10.º do TFUE: «Na definição e execução das suas políticas e acções, a União tem por objectivo combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.»

³¹Os serviços da Comissão reúnem dados sobre a composição das delegações dos comités em termos de género.

reforça o valor acrescentado do diálogo social sectorial europeu, ao mesmo tempo que evita a duplicação de esforços e a divergência entre as posições dos parceiros sociais.

A nível intersectorial, a cooperação resultou, em 2006, num avanço notável: 14 sectores industriais celebraram um acordo plurisectorial autónomo relativo à *protecção da saúde dos trabalhadores através da utilização e manuseamento correctos de sílica cristalina e produtos contendo sílica cristalina*.

O primeiro exemplo de sinergia entre os níveis interprofissional e sectorial do diálogo social data de 2002, com o acordo sobre teletrabalho. O sector das telecomunicações foi o primeiro a adoptar orientações, na sequência das quais vários sectores celebraram um acordo interprofissional. O acordo autónomo relativo ao stress ligado ao trabalho (2004) é invocado em textos conjuntos nas áreas da segurança privada, construção, electricidade e administrações centrais.

Em 2006, o acordo interprofissional autónomo sobre violência no trabalho não estabeleceu disposições detalhadas em matéria de violência perpetrada por terceiros (isto é, por indivíduos exteriores à empresa³²). O sector comercial, as administrações locais e regionais, o sector hospitalar e a indústria da segurança privada procuraram, posteriormente, complementar esse acordo interprofissional de um ponto de vista sectorial específico e/ou plurisectorial. Em 2010, encetaram negociações sobre um texto de orientação.

Para além destes exemplos plurisectoriais, cabe destacar a transferência possível de experiências entre comités. Um desafio comum a vários sectores é a questão da responsabilidade social nos contratos públicos. Vários comités trabalharam sobre este assunto isoladamente e o subsequente intercâmbio de experiências resultou na publicação de um conjunto de brochuras/manuais idênticos destinados a orientar as organizações e as autoridades públicas que adjudicam contratos a estes sectores³³. A experiência adquirida por estes comités é relevante para o trabalho que a Comissão desenvolve sobre as considerações sociais na área dos contratos públicos. Outros sectores aproveitaram já esta experiência³⁴. Este tipo de cooperação implica um fluxo regular de informações sobre as actividades do diálogo social sectorial europeu e as acções de acompanhamento, no sentido de identificar aspectos que tenham, potencialmente, um interesse comum. Um dos instrumentos da Comissão para facilitar a fertilização cruzada entre comités é o Fórum de Ligação³⁵ que, quatro vezes por ano, reúne representantes de todas as organizações de diálogo social sectorial europeu.

O desenvolvimento de sinergias entre os comités e entre os níveis interprofissional e sectorial do diálogo social pode ser útil para promover os objectivos de política laboral e social da UE, tal como disposto no artigo 9.º do Tratado de Lisboa³⁶.

³²Pode abranger comportamentos abusivos de clientes e pacientes e até assalto à mão armada.

³³Segurança privada (1999), serviços de limpeza (2002), têxteis e vestuário (2005) e restauração (2006).

³⁴Ver documento de trabalho da Comissão relativo a um guia para ter em conta considerações sociais nos contratos públicos («*Buying social*»).

³⁵A Comissão organiza este fórum 4-5 vezes por ano e para ele convida os Secretários-Gerais e os Presidentes, bem como os outros membros interessados, das organizações de parceiros sociais europeus e dos comités de diálogo social, tanto a nível sectorial como interprofissional. O principal objectivo do fórum é proporcionar um espaço de intercâmbio de informações e experiências e reforçar sinergias entre os sectores e entre os níveis sectorial e interprofissional do diálogo social.

³⁶«Na definição e execução das suas políticas e acções, a União tem em conta as exigências relacionadas com a promoção de um nível elevado de emprego, a garantia de uma protecção social adequada, a luta contra a exclusão social e um nível elevado de educação, formação e protecção da saúde humana.»

5.2. Eficácia dos resultados e um melhor acompanhamento da aplicação

A capacidade de o diálogo social sectorial europeu melhorar as condições de trabalho na Europa depende da aplicação dos seus resultados no local de trabalho. Na sua comunicação de 12 de Agosto de 2004³⁷, a Comissão chamou a atenção dos parceiros sociais europeus para a necessidade de estabelecer disposições circunstanciadas de acompanhamento e informação para monitorizar os efeitos dos resultados que obtêm.

A maioria das organizações de parceiros sociais europeus caracteriza-se por um reduzido grau de centralização e pela limitada capacidade de influenciar os seus membros nacionais. O acompanhamento a nível nacional do diálogo conduzido à escala europeia depende da capacidade de envolver eficazmente os parceiros sociais sectoriais nacionais no diálogo da UE, bem como da interacção entre os mecanismos de diálogo social da UE e os vários sistemas de relações laborais nacionais. Um acompanhamento eficaz a nível nacional está também claramente associado à representatividade dos parceiros sociais, pelo que é importante que os comités sejam tão inclusivos quanto possível e capazes de envolver novos agentes, se for caso disso; as organizações nacionais que não tenham participado no trabalho dos comités a nível europeu podem não estar dispostas a aplicar disposições em cuja elaboração não tiveram uma palavra a dizer.

A maioria dos resultados do diálogo social sectorial europeu não tem um carácter vinculativo, isto é, visa sensibilizar, divulgar boas práticas ou ajudar à criação de consensos e relações de confiança. Os resultados a nível nacional podem ser avaliados através de indicadores qualitativos, mas não de dados quantitativos sistemáticos.

No que respeita à forma como são aplicados a nível nacional os acordos autónomos celebrados à escala da UE, estes comprometem os signatários e respectivos membros nacionais que os aplicam, por iniciativa própria, através de disposições nacionais (actos legislativos, acordos colectivos, códigos de conduta, promoção conjunta de certas ferramentas, etc.). A obrigação de acompanhamento é ainda mais forte quando os parceiros sociais decidem negociar um acordo que resulte na suspensão de uma proposta legislativa da Comissão. Tal coloca pressões acrescidas aos parceiros sociais europeus no sentido de aplicar esses acordos plena e eficazmente. Os parceiros sociais europeus têm de investir mais nos processos de acompanhamento e desenvolver indicadores pertinentes para melhorar a aplicação e a avaliação dos textos que aprovam conjuntamente³⁸.

A Comissão pode ajudá-los em matéria de coordenação e apoio técnico, assegurando designadamente traduções conformes aos textos originais acordados pelos parceiros sociais e produzindo guias de aplicação ou manuais de sensibilização ou ainda guias sobre os procedimentos de aprendizagem contínua, acompanhamento e elaboração de relatórios pelos parceiros sociais europeus e a Comissão Europeia.

À Comissão incumbe a responsabilidade de acompanhar os trabalhos dos comités de diálogo social sectorial europeu e incentivar as suas actividades, atendendo às especificidades de cada sector. A Comissão zela pela adequação dos respectivos programas de trabalho e regulamentos internos e pela adopção de ordens de trabalho pertinentes, bem como pelo pragmatismo das actas e conclusões, assegurando o seu acompanhamento efectivo. A experiência demonstrou que os comités podem passar por períodos de relativa inactividade

³⁷Ver nota de rodapé 11.

³⁸Por exemplo, os usados para a aplicação do acordo autónomo relativo à protecção da saúde dos trabalhadores através da utilização e manuseamento correctos de sílica cristalina e produtos contendo sílica cristalina.

em virtude de conflitos entre os parceiros sociais ou de falta de representatividade. Nestes casos, a Comissão continuará a prestar-lhes assistência, ao mesmo tempo que deixa aberta a possibilidade de suspender um comité que não seja capaz de cumprir as suas obrigações.

5.3. Utilizar melhor os financiamentos europeus

A Comissão disponibiliza fundos para apoiar o lançamento e o funcionamento do diálogo social sectorial europeu. Estas verbas destinam-se à organização de reuniões, ao reembolso de despesas dos peritos e aos serviços de interpretação. A Comissão organiza mais de 180 reuniões por ano (o que corresponde a uma média anual de 1-2 reuniões plenárias e 3-4 reuniões de grupos de trabalho por comité).

A Comissão favorece a utilização destas verbas de forma económica, eficiente e eficaz. Os parceiros sociais sectoriais europeus têm de elaborar programas de trabalho, ordens de trabalho, documentos e contributos pertinentes em tempo devido, organizar reuniões e aproveitar ao máximo as instalações postas à disposição pela Comissão (*em termos de partilha de informações e conhecimentos, serviços de interpretação ou disponibilização de salas aos parceiros, por exemplo*).

A Comissão apoia ainda projectos através de duas rubricas orçamentais que lhe permitem financiar o diálogo social e acções de informação e formação³⁹, a nível nacional e europeu. Os parceiros sociais sectoriais estão envolvidos em mais de 100 projectos. Cada ano, estão em curso cerca de 30-50 projectos onde participam organizações de parceiros sociais sectoriais e respectivos membros.

6. CONCLUSÃO

A presente avaliação do funcionamento do diálogo social sectorial europeu ao longo dos últimos 12 anos demonstra o valor do seu contributo para o modelo social europeu. Mostra ainda que existe uma correlação directa entre a eficácia do diálogo social a nível nacional e europeu e que estes são mutuamente sinérgicos. Destaca a importância de comités de diálogo social sectorial para dar resposta à necessidade de adaptação a novos desafios e à evolução das políticas.

Os comités de diálogo social sectorial proporcionam aos parceiros sociais um quadro de coordenação, acção e negociação, que pode ser aproveitado por todos os parceiros sociais sectoriais. Para dinamizar a dimensão de consulta, os comités deverão ser mais sistematicamente envolvidos no processo de avaliação de impacto. A participação em conselhos sectoriais sobre competências pode ajudar os parceiros sociais a envolverem-se em acções conjuntas com outros parceiros, em complemento do seu diálogo autónomo.

Para promover a dimensão de negociação, os comités proporcionam uma ferramenta flexível para abordar questões laborais e encontrar soluções em função da diversidade e complexidade de diferentes sectores. A Comissão velará por que o seu financiamento e apoio técnico aos comités de diálogo sectorial seja adequado e proporcionado, de modo a que os parceiros sociais europeus possam dar contributos válidos e obter resultados conjuntos que sejam devidamente aplicados e monitorizados.

³⁹Rubrica orçamental 04.03.03.01 «Relações laborais e diálogo social; e rubrica orçamental 04 03 03 02 «Acções de formação e informação destinadas a organizações de trabalhadores».

Para alargar a cobertura dos comités de diálogo social sectorial a todas as actividades económicas e ao conjunto do mercado de trabalho, a Comissão adopta uma abordagem flexível e proactiva. Tal facto sublinha o valor acrescentado da criação de novos comités de diálogo social sectorial. A Comissão sempre promoveu uma abordagem inclusiva aquando da criação de comités de diálogo social sectorial europeu, no pleno respeito dos princípios de pluralismo⁴⁰ e autonomia dos parceiros sociais. Os parceiros sociais europeus devem adoptar medidas que facilitem a integração de todos os parceiros sociais relevantes.

Antes de dar início a um novo comité, convida-se os parceiros sociais a considerar a passagem por uma fase de teste. Devem ainda determinar se a respectiva capacidade administrativa lhes permite um maior envolvimento no processo decisório europeu. Para reforçar capacidades, em especial nos novos Estados-Membros, os parceiros sociais sectoriais e as autoridades nacionais devem aproveitar ao máximo os apoios financeiros disponíveis ao abrigo das rubricas orçamentais dedicadas ao diálogo social e do Fundo Social Europeu.

Para reforçar a representatividade do diálogo social europeu, os parceiros sociais europeus devem analisar regularmente as composições dos seus comités, de modo a garantir que reflectem mudanças no respectivo sector e no conjunto da economia. O desenvolvimento do diálogo social sectorial implica acelerar o ritmo da realização de estudos de representatividade sectorial e respectivas actualizações, de forma a acompanhar a evolução.

Para tornar o diálogo social sectorial europeu mais eficaz, há que prestar maior atenção à consulta, à coerência e às sinergias entre os sectores. O Fórum de Ligação é a plataforma adequada para estes debates e intercâmbios de melhores práticas.

No intuito de dar visibilidade aos resultados do diálogo social sectorial europeu e apoiar a monitorização da sua aplicação, os parceiros sociais devem usar todos os apoios disponibilizados pela Comissão. Estes apoios assumem a forma de coordenação e apoio técnico, sensibilização e elaboração de relatórios. No seu relatório bianual intitulado «Relações Laborais na Europa», a Comissão apresenta regularmente os desenvolvimentos em matéria de diálogo social europeu e comunica com os Estados-Membros no âmbito do grupo de directores-gerais das relações de trabalho.

A actual crise económica veio confirmar a importância do diálogo social europeu aos níveis interprofissional e sectorial, bem como a relevância das iniciativas dos parceiros sociais adaptadas às realidades de empresas e sectores. Tal como o diálogo social interprofissional, o diálogo social sectorial é particularmente relevante, tal como é demonstrado pelos trabalhos em curso em vários comités. Os parceiros sociais sectoriais podem contribuir para este esforço.

A Comissão continuará a apoiar estas iniciativas enquanto parte da estratégia Europa 2020, velando por que as suas políticas económica, social e ambiental se reforcem mutuamente com vista a preparar o caminho de recuperação da actual crise.

⁴⁰O comité da aviação civil respeita as especificidades dos serviços de assistência em escala nos aeroportos, da gestão de tráfego aéreo e das tripulações de cabina, ao mesmo tempo que assegura sinergias entre estes subsectores.

Annex 1

European sectoral social partners' organisations consulted under Article 154 (TFEU)

Sectoral organisations representing employers

- Association of Commercial Television in Europe (ACT)
- Airports Council International — Europe (ACI-Europe)
- Association of European Airlines (AEA)
- Association of European Professional Football Leagues (EPFL)
- Association of European Public Postal Operators (PostEurop)
- Association of European Radios (AER)
- Association of Mutual Insurers and Insurance Cooperatives in Europe (AMICE)
- Association of National Organisations of Fishing Enterprises in the EU (EUROPECHE)
- Banking Committee for European Social Affairs (EBF-BCESA)
- Civil Air Navigation Services Association (CANSO)
- Coiffure EU
- Committee of Agricultural Organisations in the European Union (COPA)
- Community of European Railway and Infrastructure Companies (CER)
- Community of European Shipyards' Associations (CESA)
- Confederation of European Paper Industries (CEPI)
- Confederation of National Associations of Tanners and Dressers of the European Community (COTANCE)
- Council of European Employers of the Metal, Engineering and Technology-Based Industries (CEEMET)
- Council of European Municipalities and Regions (CEMR)
- Employers' Group of the Committee of Agricultural Organisations in the European Union (GEOPA)
- Euracoal
- Euromines
- European Aggregates Association (UEPG)
- European Apparel and Textile Organisation (EURATEX)
- European Association of Cooperative Banks (EACB)
- European Association of Potash Producers (APEP)
- European Barge Union (EBU)
- European Broadcasting Union (EBU)
- European Chemical Employers Group (ECEG)
- European Club Association (ECA)
- European Community Shipowners Association (ECSA)
- European Committee of Sugar Manufacturers (CEFS)
- European Confederation of the Footwear Industry (CEC)
- European Confederation of Iron and Steel Industries (Eurofer)
- European Confederation of Private Employment Agencies (Eurociett)
- European Confederation of Woodworking Industries (CEI-Bois)
- European Construction Industry Federation (FIEC)
- European Coordination of Independent Producers (CEPI)
- European Federation of Cleaning Industries (EFCI)
- European Federation of Contract Catering Organisations (FERCO)
- European Federation of Education Employers (EFEE)
- European Federation of National Insurance Associations (CEA)
- European Federation of Security Services (CoESS)
- European Furniture Manufacturers' Federation (UEA)

- European Furniture Industries’ Confederation (EFIC)
- European Hospital and Healthcare Employers’ Association (HOSPEEM)
- European Industrial Minerals Association (IMA)
- European Rail Infrastructure Managers (EIM)
- European Regions Airline Association (ERA)
- European Savings Banks Group (ESBG)
- European Skippers’ Organisation (ESO)
- European Telecommunications Network Operators’ Association (ETNO)
- European Union of the Natural Gas Industry (EUROGAS)
- General Committee for Agricultural Cooperation in the European Union (COGECA)
- Hotels, Restaurants and Cafés in Europe (HOTREC)
- International Air Carrier Association (IACA)
- International Aviation Handlers’ Association (IAHA)
- International Federation of Film Producers’ Associations (FIAPF)
- International Federation of Insurance Intermediaries (BIPAR)
- International Road Transport Union (IRU)
- Performing Arts Employers’ Associations League Europe (PEARLE)
- Retail, Wholesale and International Trade Representation to the EU (EuroCommerce)
- Union of the Electricity Industry (EURELECTRIC)

Sectoral European trade union organisations

- European Arts and Entertainment Alliance (EAEA)
- European Confederation of Independent Trade Unions (CESI)
- European Cockpit Association (ECA)
- European Federation of Building and Woodworkers (EFBWW)
- European Federation of Journalists (EFJ)
- European Federation of Public Service Unions (EPSU)
- European Federation of Trade Unions in the Food, Agriculture and Tourism Sectors and Allied Branches (EFFAT)
- European Metalworkers’ Federation (EMF)
- European Mine, Chemical and Energy Workers’ Federation (EMCEF)
- European Trade Union Committee for Education (ETUCE)
- European Trade Union Federation: Textiles, Clothing and Leather (ETUF:TCL)
- European Transport Workers’ Federation (ETF)
- International Federation of Actors (FIA)
- International Federation of Musicians (IFM)
- International Federation of Professional Footballers’ Associations — Division Europe (FIFPro)
- Union Network International — Europe (UNI europa)
- Union Network International — Media and Entertainment International — Europe (EUROMEI)

Annex 2

Art 154 Sectoral Consultations since 2006
(From database on consultations of the EU social partners)

Dates	Subject	Social partners contribution	Results
2006	Musculoskeletal disorders	First phase of consultation, 2004	Framework of actions in the agriculture sector, 2006
2006	Strengthening of maritime labour standards	First phase of consultation, 2006	Agreement on Maritime Labour Standards , 2008 implemented through an EU directive, 2009
2006	Blood-borne infections due to needle stick injuries	First phase of consultation, 2006 Second phase, 2007	Framework Agreement on prevention from sharps injuries in the hospital sector, 2009 <i>implemented through an EU directive, 2010</i>
2007	Carcinogens, mutagens and reprotoxic substances	First phase of consultation, 2004 Second phase in 2007	Multisectoral agreement on crystalline silica, 2006
2009	Exclusions from certain directives of seafaring workers	First consultation, 2009	
2009	Exposure to electromagnetic fields at work	First consultation, 2009	
2010	Reviewing the working time directive	First-phase consultation, 2010	

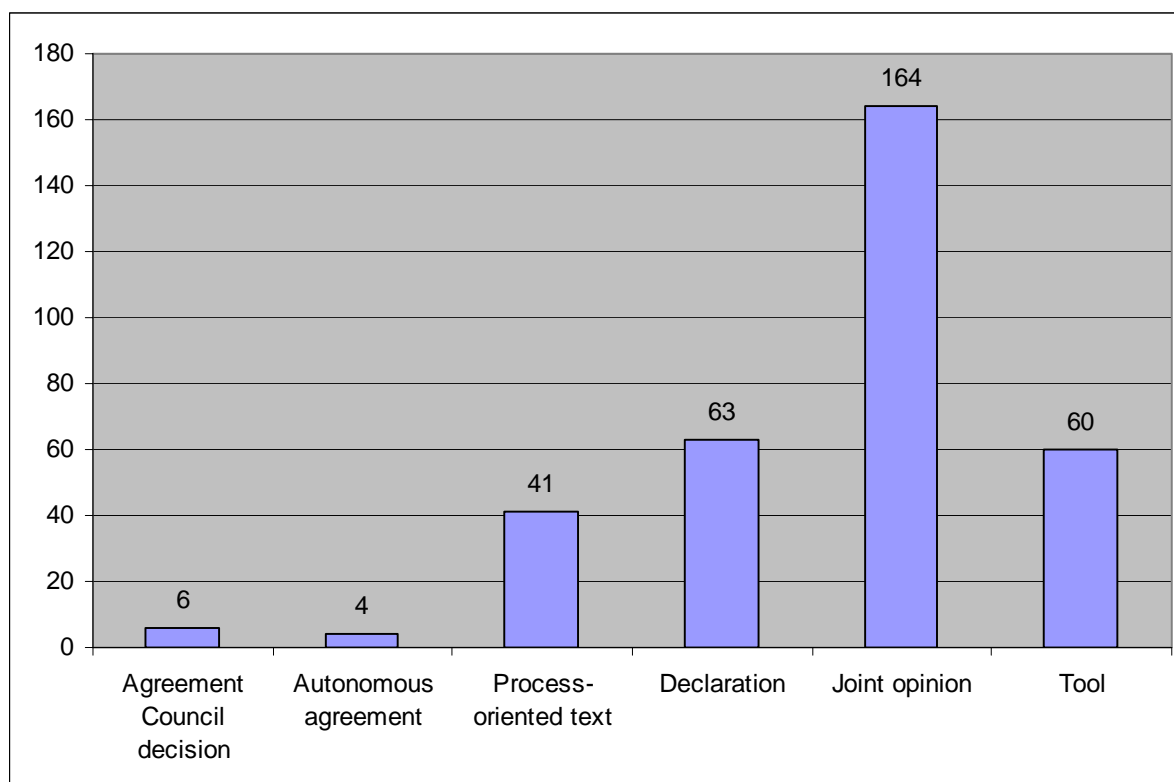
Annex 3

Categories of texts and outcomes of European sectoral social dialogue⁴¹

Category of texts	Sub-categories	Follow-up measures
Agreements	Implementation by directives Implementation by social partners (Article 155)	Implementation reports
Process-oriented texts	Framework of actions; guidelines, codes of conduct, policy orientations	Follow-up reports
Joint opinions and tools	Declarations, guides, handbooks websites, tools	No follow-up clauses Promotional activities

Annex 4

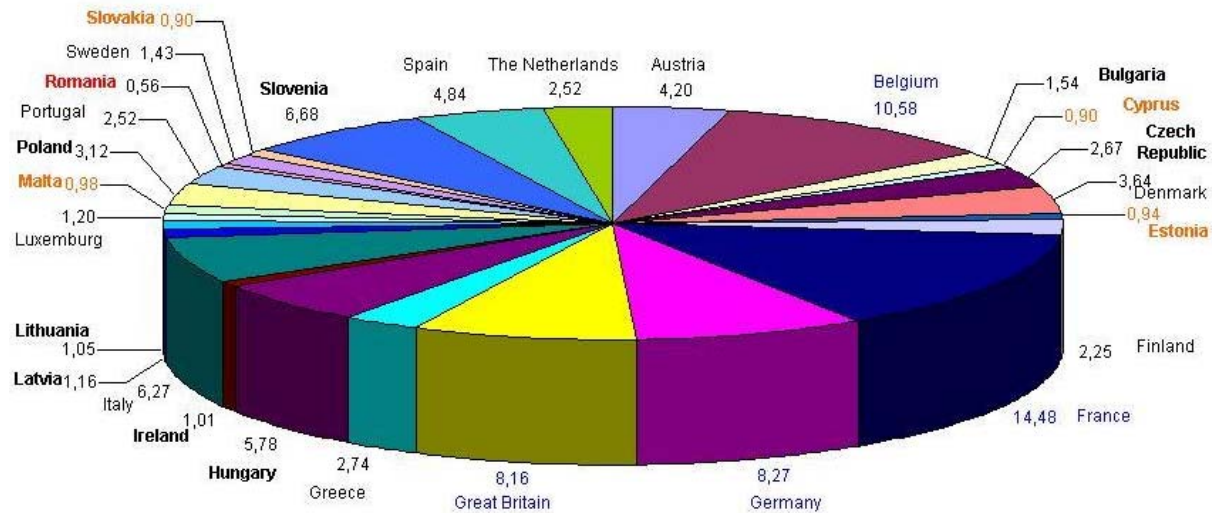
Joint outcomes of the European social dialogue committees (1998- February 2010)



⁴¹This typology does not imply any ranking between outcomes, taking into account that new committees usually first focus on joint opinions and common projects to improve understanding and strengthen trust before envisaging agreements, while long-standing or more experienced committees are more likely to engage in the negotiation of agreements.

Annex 5

Total participation of Member State representatives in delegations taking part in committee plenary meetings (based on 8 sectors, 2005-2008)



The overall participation graph shows that social partner representatives from the new Member States Cyprus (0.90%), Malta (0.98%), Estonia (0.94%), Romania (0.56%) and Slovakia (0.94%) have participated least in all the plenary sessions analysed, followed by Bulgaria (1.54%), Ireland (1.01%), Lithuania (1.05%), Latvia (1.16%), Luxemburg (1.20%) and Sweden (1.43%). Participation rates have been highest for representatives from Belgium (10.58%), France (14.48%), United Kingdom (8.16%) and Germany (8.27%).

Annex 6

Responsibilities in the implementation process of autonomous agreements and process-oriented texts

Actors	Responsibilities
National social partners	Main responsibility for implementation Translation (if necessary) Dissemination of autonomous agreement and information Discussions/negotiations between social partners Developing implementing measure Reporting about implementation activities
European social partners	Assistance and advice (e.g. translation, best practices) Coordination and monitoring of activities Yearly progress reports and final implementation reports Interpretation (in case of doubts/requests)
National authorities	Subsidiary role in implementation, e.g. through regulation or legislation (not compulsory)
Commission	Assistance and financial support (if necessary) Monitoring and assessment

Annex 7

European Sector Councils on Jobs and Skills

Context

In the December 2008⁴² and June 2009⁴³ Communications, the Commission announced the possibility of providing a framework and financial support to Member States setting up networking projects called "European sector councils on jobs and skills". During 2009, the Commission consulted stakeholders, particularly EU sectoral social partners, about this idea, during sectoral social dialogue committees, at the Liaison forum and during a restructuring forum on 7-8 December dedicated to anticipating skills at sectoral level⁴⁴. Social partners welcomed the idea of reinforced cooperation and exchanging information about skills needed. To assess the feasibility of setting up European sector councils, the Commission launched a feasibility study last year, with a survey and interviews with key stakeholders. Results from the study recommended setting up sector skills councils under certain conditions. In its report⁴⁵, the expert group on New Skills for New Jobs also recommended the creation of EU sector councils to analyse what skills would be needed; to address skills mismatches and to bring updated information and advice to the attention of policymakers and other stakeholders in the field of employment, education and training. This initiative also has the support of the Consultative Commission on Industrial Change at the European Economic and Social Committee⁴⁶.

Objectives

Companies and workers of a given sector face common challenges across the Union. This applies to anticipating skills and matching them with the requirements of the labour market. There is, however, little or no exchange of information between those who monitor the development of these issues at national level. The Commission therefore wishes to offer support for a platform at sectoral level for social partners and national observatories on skills and employment. This would enable sharing of information and best practice and provide recommendations on quantitative and qualitative trends in employment and skills needs in a given sector, as well as on other issues related to qualifications and competences.

The Commission invites the sectoral social partners to take the lead and engage on a voluntary basis in networking efforts aimed at developing a European sector council in their sector on a voluntary basis. The Commission will provide a framework and financial support for partners inviting in this regard, within the limits of its resources to develop this networking. This support will be conditional on an evaluation of the councils in terms of output, commitment, satisfaction and value-added.

Structure proposed

European sector councils would take the form of networks among national observatories on skills and employment, together with European sectoral social partners (or other representative stakeholders) who would chair the council of their sector and be responsible for its day-to-day management. To ensure that skills mismatch issues are adequately addressed,

⁴²COM (2008) 868 final: *New Skills for New Jobs — Anticipating and matching labour market and skills needs*.

⁴³COM (2009) 257 final: *A Shared Commitment for Employment*.

⁴⁴<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=88&langId=en&eventsId=209&furtherEvents=yes>.

⁴⁵*New Skills for New Jobs: Action Now* <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=697&furtherNews=yes>.

⁴⁶Exploratory opinion CCM/68 adopted the 17/02/2010 on Matching skills to the needs of industry and evolving services — possible introduction of sector-based employment-skills councils at European level.

relevant European representatives from education and training organisations should be invited to participate.

Timetable and Commission support

The Commission envisages setting up sector councils in two phases: first, identifying existing national observatories and councils on jobs and skills, and second, setting up the sector council, bringing together these bodies in a network. The first and second phases of the process should be launched in 2010 and 2011 for a limited number of pilot sectors. The Commission also envisages the possibility of supporting the setting up of a transversal council to allow for exchanges among sector councils.

Annex 8

Involvement of social partners and sectoral social dialogue committees (SSDC) in the Commission impact assessment procedure

The annex to the revised Impact Assessment Guidelines⁴⁷ contains a specific section on standards for consulting social partners (p. 15, point 5.2). It makes a distinction between initiatives in the field of social policy on the one hand, and social implications for a specific sector on the other. The revised guidelines clarify the need for consultation of existing European sectoral social dialogue committees should there be social implications in the sector concerned:

Commission Decision 98/500/EC stipulates that each sectoral social dialogue committee, for the sector of activity for which it is established, 'shall be consulted on developments at Community level having social implications'. You should therefore verify whether your initiatives will create social implications for a sector for which a sectoral social dialogue committee exists. If this is the case a consultation of the committee has to be organised with the assistance of the Unit 'Social Dialogue and Industrial Relations' in DG EMPL.

EU social partners have welcomed the clarification in the revised guidelines regarding the need for timely and systematic information and consultation of SSDCs if there are social implications at sectoral level.

Consultation of sectoral social dialogue committees is complementary to other forms of consultation, notably public consultations, and it differs from wider consultation of other actors in civil society in that social partners engaged in SSDCs are recognised by the Commission as representative actors of the sector concerned. A consultation of an SSDC on an impact assessment would include a definition of the underlying problem, the relevant policy options and an estimate of social and employment impacts of the various options and any relevant accompanying mitigating policy measures.

A possible joint position of the committee on the impact assessment can therefore give a strong, representative indication about realistic policies and their impacts and implementation. It can improve policy-making and facilitate the communication of decisions. Addressing requests to the relevant committees has two advantages. It is a means of obtaining a formal and representative view based on existing social dialogue structures and contributes to the development and policy relevance of European social dialogue at sectoral level.

The consultation of SSDCs in the context of impact assessments is organised on the basis of their existing work programmes and meeting planning, in cooperation with the 'Social Dialogue and Industrial Relations' Unit of DG EMPL and other Commission services involved. The policy services responsible for the impact assessments take due account of the opinions expressed by the European social dialogue committees in the context of their consultation. To enable transparent and efficient consultation, the Commission will publish a list of all planned impact assessments, along with the Commission work programme.

⁴⁷ See footnote No15.

Annex 9
Overview of NACE classifications for the committees

Sector	NACE classification
Agriculture	NACE rev.2 class 01 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 01) most closely covers the sector, including the growing of crops, fruits and vegetables, the raising of animals, landscape gardening, hunting and related agricultural and animal husbandry service activities, and excluding forestry and logging and related activities, fishing and fish farming and veterinary activities.
Agro-food industry **	NACE rev.2 classes 10-12 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 15-16 and 51.3-51.4) most closely cover manufacture of food products, beverages and tobacco products.
Audiovisual services	NACE rev.2 classes 18, 58-60 and 63 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 22 and 92) most closely covers the sector, including: printing and publishing activities; the reproduction of recorded media; motion pictures and video, radio and television programme production, distribution and broadcasting activities; recreational, cultural and sporting activities; activities of news agencies.
Banking	NACE rev.2 class 64 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 65) most closely covers the sector and includes banks, credit institutions and financial service activities other than insurance and pension funds.
Central administration*	NACE rev.2 class 84 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 75) most closely covers the sector, including general public administration activities, regulation of the activities of providing health care, education, cultural services, compulsory social security and other social services, foreign affairs, defence activities, justice and judicial activities, public order and safety activities, and fire service activities.
Chemical industry	NACE rev.2 classes 20-22 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 24-25) most closely covers the sector, including petrochemicals and plastics, specialty and fine chemicals, pharmaceutical products and pharmaceutical preparations, and consumer and other chemicals.
Civil aviation	NACE rev.2 classes 51.1, 51.21 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 62.A and 62.2) and NACE rev.2 class 52.2 most closely cover the sector, including scheduled and non-scheduled passenger and freight air transport as well as relevant support activities, ground handling and air traffic management.
Cleaning industry	NACE rev.2 class 81.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 74.7) most closely covers the sector, including: services provided by specialised contractors, building maintenance and associated cleaning, cleaning of trains, buses and planes, waste management services and disinfecting and exterminating activities.
Commerce	NACE rev.2 classes 45-47 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 50-52) most closely cover the sector, including retail and wholesale trade including repair and trade of motor vehicles.
Construction	NACE rev.2 classes 41-43 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 45), covering all forms of building and civil engineering activities as well as specialised construction activities such demolition and site preparation and the renting of construction or demolition equipment with operators.

Contract catering	NACE rev.2 class 56.29 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 55.51-55.52) most closely covers the sector, including canteens, catering and other food service activities.
Education	NACE rev.2 class 85 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 80) most closely covers the sector, including pre-primary, primary, general secondary, technical and vocational, tertiary, adult and other education
Electricity	NACE rev.2 class 35.1 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 40.1) most closely covers the sector, including the production, transmission, distribution and trade of electricity.
Extractive industries	NACE rev.2 classes 05 and 07-09 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 10 and 13-14) most closely covers the sector, including: mining of hard coal, lignite, iron and non-ferrous metal ores, and minerals; extraction of peat and salt; other mining and quarrying activities and support activities; it excludes the extraction of crude petroleum and natural gas.
Footwear	NACE rev.2 classes 15.2, 22.19 and 22.29 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 19.3) most closely cover the sector, including the manufacture of footwear from materials such as textiles, plastics, rubber or leather as well as specialised products such as snowboard boots and protective footwear.
Furniture	NACE rev.2 class 31 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 36.1) most closely covers the sector, including manufacture of office and shop furniture, kitchen and other furniture.
Gas	NACE rev.2 class 35.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 40.2) most closely covers the sector, including production, distribution and trade of gas.
Horeca	NACE rev.2 classes 55-56 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 55) most closely covers the sector, including hotels and accommodation, restaurants, catering, cafés, canteens, short-stay accommodation and similar establishments.
Hospitals	NACE rev.2 classes 86-87, and notably NACE rev.2 class 86.1 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 85.11), most closely cover the sector, including hospital, human health and care activities.
Information and communication technology services (ICTS) **	NACE rev.2 classes 58-63 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 22, 64.2, 72, 92) most closely cover publishing activities, motion picture, video and television programme production, sound recording and music publishing activities, programming and broadcasting activities, news agencies, telecommunications, computer programming and information services activities.
Inland waterways	NACE rev.2 classes 50.3-50.4 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 61.2) and NACE rev.2 class 52.2 most closely cover the sector, including inland passenger and freight water transport as well as relevant support activities.
Insurance	NACE rev.2 class 65 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 66) most closely covers the sector and includes insurance, reinsurance and pension funding, except compulsory social security.
Live performance	NACE rev.2 class 90 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 92.3) most closely covers the sector, including artistic and literary creation, performing arts, interpretation, operation of arts facilities, fair and amusement parks and other entertainment activities in direct contact with the public.

Local and regional government	No specific NACE classification covers local and regional government. NACE rev.2 class 84.1 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 75.1) covers administration of the state and the economic and social policy of the community, and NACE rev.2 class 84.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 75.2) covers the provision of services to the community as a whole (excluding central government). Other activities such as social work, health care and education are covered by other NACE classes and may in many cases form part of local and regional government, too.
Maritime transport	NACE rev.2 classes 50.1-50.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 61.1) and NACE rev.2 class 52.2 most closely cover the sector, including sea and coastal passenger and freight transport as well as relevant support activities.
Metal industry	NACE rev.2 classes 25-30 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 28-30) most closely cover the sector, including manufacture of metal products; computer, electronic and optical products; electrical equipment; machinery and equipment; motor vehicles; ships and boats.
Paper industry	NACE rev.2 class 17 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 21) most closely covers the sector, including manufacture of pulp, paper and paper products.
Personal services	NACE rev.2 class 96.02 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 93.02) most closely covers the sector, including hairdressing and other beauty treatment.
Postal services	NACE rev.2 classes 53.1-53.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 64.11-64.12) most closely cover the sector, including postal and courier activities. However, the services provided by postal operators may also include communication, logistics, retail, money transmission and other financial services, and many others besides. Indeed, the NACE rev.2 classification has been adapted to allow for a distinction of activities into 'postal activities under universal service obligation' and 'other postal and courier activities'.
Private security	NACE rev.2 class 80 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 74.6) most closely covers the sector, including private security activities, security systems service activities and investigation activities.
Professional football	NACE rev.2 class 93.12 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 92.62) most closely covers the activities of sport clubs. Professional football is one part of this classification.
Railways	NACE rev.2 classes 49.1-49.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 60.1) and NACE rev.2 class 52.2 most closely cover the sector, including passenger and freight rail transport as well as relevant support activities.
Road transport	NACE rev.2 classes 49.3-49.4 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 60.2) and NACE rev.2 class 52.2 most closely cover the sector, including passenger and freight transport as well as relevant support activities.
Sea fisheries	NACE rev.2 class 0.3 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 0.5) most closely covers the sector, including marine and freshwater fishing and aquaculture.

Shipbuilding	NACE rev.2 classes 30.1 and 33.1.5 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 35.1) most closely cover the sector, including the building, repair and maintenance of ships and boats.
Sports **	NACE rev.2 class 93.1 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 92.6 and 93.0) most closely covers sports activities, including the operation of sports facilities, activities of sports clubs, fitness facilities and other sports activities.
Steel	NACE rev.2 class 24.10 (equivalent to NACE rev.1.1 class 27.1) most closely covers the sector, including manufacture of basic iron and steel and of ferro-alloys.
Sugar	NACE rev.2 classes 10.81-10.82 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 15.83-15.84) most closely cover the sector, including the manufacture of sugar and sugar confectionary.
Tanning & leather	NACE rev.2 class 15.1 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 19.1-19.2) most closely covers the sector, including tanning and dressing of leather, and manufacture of luggage, handbags, saddlery and harness.
Telecommunications	NACE rev.2 classes 60.1-60.2, 61 and 82.2 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 64.2) most closely cover the sector, including: radio and television broadcasting; wired, satellite and other telecommunications activities; maintenance of the network; and call centre activities.
Temporary agency work	Temporary agency work cuts across NACE sector classifications and refers to situations where workers are employed by an agency, and then, via a commercial contract, hired out to perform work assignments at a user enterprise.
Textile & clothing	NACE rev.2 classes 13-14 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 classes 17-18) most closely cover the sector, including the manufacture and production of textiles and clothing.
Woodwork	NACE rev.2 class 16 (mainly equivalent to NACE rev.1.1 class 20) most closely covers the sector, including sawmilling and planing of wood and manufacture of wood and products of wood and cork, except furniture, and excluding forestry and logging activities.

* committee in test phase; ** candidate sector for new representativeness studies

Annex 10

Number of employees in the EU in 2008, by sector (NACE-2)

	<i>NACE class and description</i>	<i>Number of employees (in 1000)</i>	<i>Number of employees (in %)</i>
1	Crop and animal production	2.277	1.23 %
2	Forestry and logging	404	0.22 %
3	Fishing and aquaculture	95	0.05 %
5	Mining of coal and lignite	366	0.20 %
6	Extraction of crude petroleum and natural gas	95	0.05 %
7	Mining of metal ores	62	0.03 %
8	Other mining and quarrying	258	0.14 %
9	Mining support service activities	129	0.07 %
10	Manufacture of food products	4.115	2.22 %
11	Manufacture of beverages	496	0.27 %
12	Manufacture of tobacco products	60	0.03 %
13	Manufacture of textiles	863	0.46 %
14	Manufacture of wearing apparel	1.532	0.83 %
15	Manufacture of leather and related products	476	0.26 %
16	Manufacture of wood and of products of wood and cork	1.140	0.61 %
17	Manufacture of paper and paper products	702	0.38 %
18	Printing and reproduction of recorded media	1.017	0.55 %
19	Manufacture of coke and refined petroleum products	230	0.12 %
20	Manufacture of chemicals and chemical products	1.413	0.76 %
21	Manufacture of basic pharmaceutical products and pharmaceutical preparations	849	0.46 %
22	Manufacture of rubber and plastic products	1.569	0.85 %
23	Manufacture of other non-metallic mineral products	1.479	0.80 %
24	Manufacture of basic metals	1.391	0.75 %
25	Manufacture of fabricated metal products	3.828	2.06 %

26	Manufacture of computer	1.658	0.89 %
27	Manufacture of electrical equipment	1.507	0.81 %
28	Manufacture of machinery and equipment n.e.c.	3.192	1.72 %
29	Manufacture of motor vehicles	3.168	1.71 %
30	Manufacture of other transport equipment	1.113	0.60 %
31	Manufacture of furniture	1.325	0.71 %
32	Other manufacturing	989	0.53 %
33	Repair and installation of machinery and equipment	935	0.50 %
35	Electricity	1.549	0.83 %
36	Water collection	441	0.24 %
37	Sewerage	149	0.08 %
38	Waste collection	887	0.48 %
39	Remediation activities and other waste management services	48	0.03 %
41	Construction of buildings	4.977	2.68 %
42	Civil engineering	1.399	0.75 %
43	Specialised construction activities	7.677	4.14 %
45	Wholesale and retail trade and repair of motor vehicles and motorcycles	3.207	1.73 %
46	Wholesale trade	6.632	3.57 %
47	Retail trade	15.710	8.46 %
49	Land transport and transport via pipelines	4.976	2.68 %
50	Water transport	290	0.16 %
51	Air transport	482	0.26 %
52	Warehousing and support activities for transportation	2.561	1.38 %
53	Postal and courier activities	1.930	1.04 %
55	Accommodation	2.090	1.13 %
56	Food and beverage service activities	5.389	2.90 %
58	Publishing activities	1.113	0.60 %
59	Motion picture	312	0.17 %

60	Programming and broadcasting activities	277	0.15 %
61	Telecommunications	1.315	0.71 %
62	Computer programming	2.067	1.11 %
63	Information service activities	225	0.12 %
64	Financial service activities	4.058	2.19 %
65	Insurance	1.104	0.59 %
66	Activities auxiliary to financial services and insurance activities	898	0.48 %
68	Real estate activities	1.255	0.68 %
69	Legal and accounting activities	2.235	1.20 %
70	Activities of head offices; management consultancy activities	811	0.44 %
71	Architectural and engineering activities; technical testing and analysis	1.887	1.02 %
72	Scientific research and development	770	0.41 %
73	Advertising and market research	799	0.43 %
74	Other professional	497	0.27 %
75	Veterinary activities	147	0.08 %
77	Rental and leasing activities	441	0.24 %
78	Employment activities	1.015	0.55 %
79	Travel agency	544	0.29 %
80	Security and investigation activities	1.185	0.64 %
81	Services to buildings and landscape activities	2.932	1.58 %
82	Office administrative	1.066	0.57 %
84	Public administration and defence; compulsory social security	15.573	8.39 %
85	Education	14.727	7.93 %
86	Human health activities	11.405	6.14 %
87	Residential care activities	3.780	2.04 %
88	Social work activities without accommodation	4.347	2.34 %
90	Creative	541	0.29 %

91	Libraries	603	0.32 %
92	Gambling and betting activities	307	0.17 %
93	Sports activities and amusement and recreation activities	1.146	0.62 %
94	Activities of membership organisations	1.618	0.87 %
95	Repair of computers and personal and household goods	332	0.18 %
96	Other personal service activities	1.884	1.02 %
97	Activities of households as employers of domestic personnel	2.392	1.29 %
98	Undifferentiated goods- and services-producing activities of private households for own use	11	0.01 %
99	Activities of extraterritorial organisations and bodies	171	0.09 %
No answer		696	0.37 %
Total		185.615	100.00 %

Source: Eurostat, Labour Force Survey; annual averages